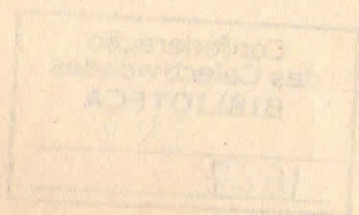




RENOVAÇÃO  
DO SISTEMA  
DE DIREITO  
PRIVADO



---

Título: *Renovação do Sistema de Direito Privado*

---

Autor: Eliseu Figueira

---

Capa: Mário Caeiro

---

Orientação Gráfica: Secção Gráfica  
da Editorial Caminho

---

Revisão: Secção de Revisão  
da Editorial Caminho

---

© Editorial Caminho, SA  
Lisboa, 1989

---

Tiragem: 3000 exemplares

---

Composição: Sotecla

---

Impressão e acabamento: Gráfica M. Barbosa & Filhos

---

Data de impressão: Junho de 1989

---

Depósito legal n.º 28 296/89

---

ISBN 972-21-0411-X

---

# Índice

<i>Nota explicativa</i> .....	11
-------------------------------	----

## CAPÍTULO 1

### *Introdução*

1. A crise do direito .....	17
2. A crise da doutrina e da jurisprudência na sociedade empresarial do neocapitalismo .....	23
3. A nova função da jurisprudência .....	27
4. Condicionamento das técnicas jurídicas pela ideologia económica do neocapitalismo .....	28
5. A nova função da doutrina .....	29

## CAPÍTULO 2

### *O método dialéctico*

6. Lógica formal .....	33
7. Conceito de necessidade .....	34
8. Jusnaturalismo metafísico e racional .....	35
9. Positivismo jurídico e normativista .....	37
10. Racionalismo crítico .....	38
11. Alguns exemplos de jurisprudência clássica .....	41

## CAPÍTULO 3

### *Modelo liberal*

12. Neutralidade do ordenamento jurídico .....	49
13. Articulação entre o sistema normativo e as estruturas socioeconómicas .....	52

## 8 ELISEU FIGUEIRA

14. Sistema normativo completo e fechado e sistema normativo aberto .....	53
15. Técnica de elaboração das normas .....	55
16. Sujeito de direito .....	56
17. Génese do conceito de «sujeito de direito» .....	59
18. O Estado de direito liberal .....	62
19. O modelo liberal .....	63
20. Base socioeconómica do modelo liberal .....	66
21. Contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a estrutura socioeconómica .....	67
22. Os princípios da liberdade e da igualdade .....	69
23. As categorias jurídicas do modelo liberal .....	71
24. Separação entre o poder legislativo e o poder judicial .....	75

### CAPÍTULO 4

#### *Modelo social*

25. Transformação económica da sociedade: dinâmica «forças produtivas-relações de produção» .....	79
26. Fases sucessivas da sociedade moderna: pré-capitalismo, capitalismo concorrencial e capitalismo financeiro .....	81
a) Primeira fase: crises de subsistência .....	81
b) Segunda fase: acumulação extensiva, regulação concorrencial, crises de sobreprodução .....	82
c) Terceira fase: acumulação intensiva, regulação monopolista, crises de inflação .....	83
27. Regimes de regulação .....	83
28. Modelos de crescimento .....	87
29. A negação dos postulados fundamentais do modelo liberal .....	89
30. Ideologia conservadora na fase de negação: o institucionalismo .....	91
31. Imunização da personalidade colectiva como medida inserida na estratégia do neocapitalismo .....	93
a) Historicização das formulações técnico-jurídicas: o simples consenso, fonte de vinculação jurídica, como primeira medida de protecção do comércio na fase mercantil do pré-capitalismo; a tutela da boa-fé de terceiros e consequente objectivação do negócio jurídico como segunda medida de protecção do comércio na fase concorrencial; a imunidade do acto constitutivo das sociedades comerciais de capitais como nova medida de protecção do comércio .....	93
b) Natureza do acto constitutivo das sociedades comerciais .....	95
c) Os vícios internos do contrato de sociedade .....	98
d) A possibilidade de simulação do contrato social .....	99
e) Irrelevância da simulação, dos vícios de consentimento e da usura no acto constitutivo das sociedades de capitais .....	100
f) Regime jurídico do acto constitutivo das sociedades comerciais .....	102
g) Abuso da personalidade jurídica colectiva .....	104
32. Estado de direito social. Posição reformista .....	106
33. O novo humanismo .....	108

CAPÍTULO 5

*O direito de propriedade*

34. A estrutura do direito de propriedade privada na fase liberal .....	115
35. A iniciativa privada e a autonomia da vontade .....	118
36. Constituição de 1933. Estado autoritário .....	120
37. A estrutura do direito de propriedade privada na fase reformista do neocapitalismo .....	122
38. Constituição de 1976 .....	124
39. Função social da propriedade privada .....	129

CAPÍTULO 6

*O negócio jurídico*

40. Afirmção da autonomia privada. As categorias jurídicas formais como expressão do modo de produção de mercadorias .....	137
41. Falta da vontade e vícios da vontade .....	141
42. A autonomia privada como ideologia .....	142
43. Negação da autonomia privada .....	144
44. O Código Civil de 1966 e a Constituição .....	148
45. O princípio da liberdade contratual .....	150
46. Concretização normativa do modelo social .....	154
47. Conceptualismo da doutrina clássica inscrita nos manuais e na jurisprudência .....	156
48. Nova estrutura e função do contrato .....	157

CAPÍTULO 7

*Responsabilidade civil*

49. Exercício do direito, colisão de direitos, abuso de direito .....	163
50. Responsabilidade por factos lícitos .....	165
51. Responsabilidade por factos ilícitos: violação de direitos subjectivos, interesses legítimos e interesses difusos .....	166
A) Direitos subjectivos relativos: responsabilidade de terceiro .....	166
a) Morte ou incapacidade do devedor .....	169
b) Destruição ou deterioração da coisa objecto da prestação .....	170
c) Participação entre um terceiro e o devedor na lesão do direito de crédito: negócios jurídicos incompatíveis com o direito do credor ....	171
B) Interesses legítimos ou interesses juridicamente protegidos .....	173
C) Interesses colectivos, difusos e categoriais .....	176
a) Conceito e problemática .....	176
b) Limites internos e externos ao direito de propriedade privada .....	180
c) Legitimação substantiva e processual para defesa, por via judicial, dos «interesses juridicamente protegidos» .....	184
d) Transmutação dos conceitos: do «direito subjectivo» ao «interesse juridicamente protegido» e do «sujeito de direito determinado» ao «ente exponencial» .....	192

## 10 ELISEU FIGUEIRA

e) Gênese dos conceitos «interesses juridicamente protegidos» e «ente exponencial» a partir das categorias jurídicas «direito subjectivo» e «sujeito de direito» .....	195
52. Sistema normativo consagrado no Código Civil de 1966 sobre o instituto da responsabilidade civil extracontratual .....	199
53. A doutrina clássica sobre o instituto da responsabilidade civil extracontratual .....	201
54. Concepção tradicional da responsabilidade civil .....	203
55. Ampliação da esfera de operatividade da responsabilidade civil .....	208

### CAPÍTULO 8

#### *Interpretação da lei. Nova metodologia*

56. A dialéctica da história .....	213
57. Método clássico e método dialéctico na interpretação da lei .....	215
58. Interconexão direito-realidade .....	219
59. Unidade e coerência do sistema .....	221
60. As mediações: grupos intermédios, família-propriedade privada .....	226
a) Formações sociais intermédias .....	229
b) Família-propriedade privada .....	230
c) A família legítima .....	232
d) União de facto .....	233
e) Dever de assistência .....	235
61. Relação jurídica e facto jurídico (negócio jurídico, contrato) .....	241
a) Invalidade do negócio jurídico .....	243
b) A desvalorização do contrato .....	244
62. Interpretação da lei .....	247

### ANEXO

#### UMA NOVA JURISPRUDÊNCIA

Interesses difusos. Legitimação substantiva. Legitimidade processual .....	251
--	-----